

Brasil tenta reduzir sua dívida nos EUA

SÉRGIO COSTA
Correspondente

Rio — As dificuldades do Governo Brasileiro com o setor externo aumentaram na semana que passou, quando o Grupo dos Sete, ou G-7, que reúne os maiores países industrializados do bloco capitalista (Estados Unidos, Grã-Bretanha, Alemanha Ocidental, Canadá, Japão, Itália e França), confirmou que o Brasil e a Argentina estão de fora de programas de redução da dívida que serão implementados nos próximos meses, que terão um apoio financeiro de nada mais, nada menos, do que 24 bilhões de dólares.

A decisão, que extra-oficialmente foi tomada com base na precária situação econômica dos dois países, surpreendeu os negociadores brasileiros e provocou a viagem (urgente) aos Estados Unidos do assessor da Fazenda para assuntos de dívida externa, Sérgio Amaral, e do diretor da Área Externa do Banco Central, Arnim Lore, para clarear conversações com o comitê assessor dos bancos credores. Os contatos, porém, serão detonados depois de o Brasil ter atrasado alguns pagamentos de juros da dívida externa.

No caso do Brasil ficar de fora do programa de redução da dívida significa assistir ao benefício que terão outros países do bloco terceiro-mundista: México, Filipinas, Costa do Marfim, Marrocos e Venezuela. O FMI e o Banco Mundial (Bird) vão separar 12 bilhões de dólares para comprar títulos da dívida desses países (com desconto em seu valor), nos próximos três anos. Outros 12 bilhões de dólares serão destinados exatamente a financiamentos para esses mesmos países pagarem os encargos (diminuídos) dessa dívida reduzida.

MORATÓRIA

“Provavelmente caminhamos para uma moratória informal no segundo semestre deste ano, diferente da que fizemos em 1987, mas semelhante à atitude de Argentina e México”, avalia o economista Francisco (Chico) Lopes, o principal idealizador do Plano Cruzado. A expectativa está ligada principalmente à relação entre as reservas brasileiras e a necessidade de pagamentos a credores nos próximos meses, em um equilíbrio não muito favorável ao Brasil.

De um lado, a Carteira de Comér-

cio Exterior do Banco do Brasil, estima que as reservas brasileiras estariam hoje em torno dos 8 bilhões de dólares. De outro, os credores querem receber os 6 bilhões e 700 milhões de dólares previstos para o segundo semestre, dos quais 2 bilhões e 300 milhões de dólares para os Bancos já em setembro. Enquanto isso, o Governo Brasileiro não vem recebendo novos empréstimos.

Segundo Chico Lopes, a probabilidade é que a situação das contas se deteriore lentamente. “Existe a incerteza política”, lembra, fazendo uma alusão discreta a uma tendência de alta nas cotações do black. Além disso, ainda que de forma não dramática, o saldo da balança comercial (que segundo a Cacex chegaria a 16 bilhões e 500 milhões em 1989) vai mesmo cair frente aos 19 bilhões de dólares de 1988. O problema, então, diz o economista, concentra-se principalmente nos encargos da dívida externa.

Dos 6,7 bilhões de dólares a serem pagos até dezembro, 4,4 bilhões são de bancos privados, 1,160 bilhão do FMI, Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e 1,153 bilhão do Clube de Paris (os governos credores). Para ajudar esses pagamentos, estavam prometidos recursos de 3,1 bilhões de dólares, sendo 1,5 bilhão do Fundo Nakasone (governo japonês), 1 bilhão do FMI e 600 milhões dos bancos privados. Estavam, e não estão mais, garantidos com tanta convicção: dependem de um acordo com o Fundo, cuja missão avaliou as contas brasileiras há dois meses e não gostou do que viu.

“Não temos um plano de estabilização que resolva a questão cambial”, reclama a economista Maria da Conceição Tavares, depois de dois anos de um quase silêncio, dedicando-se apenas à presidência do Instituto de Economia Industrial da Universidade Federal do Rio de Janeiro, aquela que foi chamada de “musa do cruzado” em 1986, voltou ao cenário para criticar os colegas (muitos deles ex-alunos seus) que declaram já ver como certa a hiperinflação. Mas deixa claro o que seria o início desse processo: uma crise cambial com uma dramática fuga de capitais.

O problema, explica Conceição, é que os problemas brasileiros a nível econômico estão ligados à crise financeira do setor público, que por sua vez está atada diretamente ao endividamento externo. “Não se po-

de pensar em choque fiscal quando temos de pagar tanto de juros da dívida externa”, assegura com sua convicção habitual, e criticando a negociação da dívida externa conduzida pela Fazenda em 1988. “Foi péssima”, resumiu.

PLANO BRADY

O que ela também não deixa passar é a questão das propostas da dívida externa por parte de países desenvolvidos. Umadelas é o Plano Brady norte-americano, que prevê a redução do estoque (total) desse endividamento dos países do Terceiro Mundo, através da atuação conjunta do FMI e do Banco Mundial. “Os Estados Unidos não têm poder de bancar a dívida toda do Terceiro Mundo”, avisa. E conclui, sobre as várias propostas do combate à inflação (ou ou hiperinflação): “Minha classe está ficando doída. Temos um problema grave, que é da dívida externa”.

Algumas contas foram feitas por outro economista de renome: Edmar Bacha, ex-presidente do IBGE, hoje lecionando entre a Pontifícia Universidade Católica (PUC), no Rio, e a Universidade Norte-Americana de Bekerley, na Califórnia. Trabalhando sobre os números de 1988, cita os 10 bilhões de dólares de pagamentos de juros e os outros 3 bilhões para saldar amortizações. Dos 10 bilhões de juros, 6 bilhões referem-se a juros de médio prazo pagos aos bancos, o que seriam objeto da proposta de redução da dívida.

“O Plano Brady quer reduzir os encargos junto aos bancos. O México conseguiu 35 por cento de abatimen-

to. Meses atrás, por sinal, Bacha previa uma espécie de “setembro negro” para a economia brasileira. Citava os dados das reservas, apontava as remessas de lucros e dividendos pelas companhias estrangeiras e lembrava os pagamentos de 2,3 bilhões de dólares aos bancos credores, que vencem naquele mês. Pouco depois, o Governo optou pela centralização do câmbio (uma espécie de “desaceleração” nas remessas) e pelo atraso no pagamento de 812 milhões de dólares ao Clube de Paris e de outros 30 milhões aos bancos.

“A centralização do câmbio deveria ter vindo há mais tempo”, comenta. Quanto à dívida, o economista diz ser necessária bastante diplomacia econômica para a negociação com os credores. “Com o Clube de Paris, pode rolar os pagamentos de 1988 para 1989; com o FMI é mais difícil, mas ainda factível um acordo stand-by (ou seja, provisório) até março, quando assume o novo governo; com o Banco Mundial não dá para atrasar, mas pode fazer os pagamentos condicionando-os aos desembolsos”.

Mas há um porém. No bojo da negociação para reduzir a dívida externa, ainda não entra a parcela dos juros de médio prazo paga aos organismos multilaterais, que somam os 2,5 bilhões de dólares. Edmar Bacha entende que esta negociação é mais do que importante. O Governo Brasileiro não tem recebido mais recursos desses organismos e ainda tem pago algo equivalente a 2 por cento do PIB nos encargos. “Para acertarmos com eles”, avisa, “precisamos de um ajuste interno de contrapartida. Não vamos conseguir apenas batendo o pé”.

JULIO FERNANDES



Sérgio Amaral viajou com urgência para tentar diminuir a dívida

Quanto o Brasil pagou de juros

ANO	DÍVIDA TOTAL	SERVIÇO
1980	62,244	14,115
1981	73,963	17,800
1982	85,364	20,630
1983	93,556	12,615
1984	102,039	13,070
1985	105,126	12,793
1986	111,045	13,762
1987	121,174	11,897
1988	114,941	17,273
1989 (*)	110,120	15,674
TOTAL DA DÉCADA		149,629
Em bilhões de dólares		
(*) Previsão		
Fonte: Banco Central		